

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 16 de abril de 1993

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Achamos quase inacreditável que o Orçamento Geral da União (OGU) tenha sido aprovado pelo Congresso com 17 mil emendas, a ponto de complicar o processamento da peça pelos computadores do Senado. Em consequência, o prazo estipulado para que o presidente da República o sancione ou vete, estipulado em quinze dias, foi encurtado. Mas, afinal, antes do término do quarto mês do ano, o País terá um orçamento, que deveria ter começado a valer em 1º de janeiro, mas tudo isso tem uma explicação até, se quiserem, histórica.

Tão prenhe de emendas, o orçamento deve apresentar, se obedecido à risca, um déficit primário equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Será um atraso de vida, uma vez que, no ano passado, apesar de não ter cumprido os compromissos assumidos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o País conseguiu um superávit primário de 1,76% do PIB nas contas públicas.

A questão não chega a ser tão preocupante assim, pois ninguém ignora que uma das mais caras tradições brasileiras é a de não executar o orçamento. O "contingenciamento" é um eufemismo que temos usado para remanejar verbas e, na realidade, cortá-las. Alerta, o Con-

gresso Nacional agora é decididamente contra qualquer tipo de "contingenciamento". Alguma fórmula deve ser encontrada para fazer o que precisa ser feito e nos laboratórios em Brasília ela já está em gestação. Somos ricos em leis e uma há de ser localizada em nosso acervo para desinchar as despesas.

Até aí, nada demais. O que não se pode aceitar, em sã consciência, é a esdrúxula teoria, hoje em moda em certos gabinetes no plano central, de que, se a inflação aumentar, o déficit orçamentário pode ser coberto com mais facilidade. Há sempre uma explicação, é claro. Como os impostos são corrigidos monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência (Ufir), as receitas lucram com a inflação. E o orçamento poderia ser cumprido porque algumas despesas (não os reajustes de salários do funcionalismo) podem ser congeladas em seus valores nominais. Além disso, presume-se que, com a inflação, o consumo será estimulado e, naturalmente, a produção crescerá gerando mais arrecadação.

Economia - Brasil Miragens do imposto inflacionário

Também no Congresso há parlamentares que acreditam nessa miragem. O imposto inflacionário, aparentemente, deixou de ser um tributo execrável, passando a ter virtudes insuspeitadas. De um lado, ele serviria ao governo para acertar suas contas (sem levar em consideração os ônus adicionais sobre a dívida interna) e, de outro, ele permitiria que a massa dos trabalhadores e, por extensão, todo o povo superassem as suas dificuldades financeiras.

Assim raciocina, ao que tudo indica, a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, que aprovou nesta semana, por unanimidade, um projeto de política salarial que garante reajustes mensais, pela inflação do mês anterior, para os trabalhadores do setor privado que recebem até vinte salários mínimos, incluindo os aposentados. Não se pode dizer que isso seria injusto, e, como se sabe, algumas categorias já tiveram atendidas reivindicações desse tipo. Mas a generalizar-se a prá-

tica o governo terá de abandonar qualquer veleidade de combater com eficácia a inflação.

A iniciativa da Câmara não merece nem mesmo ser chamada de populista, pois é contra o povo, embora aparente protegê-lo. O desemprego, que pouco a pouco vem sendo reduzido, será diretamente estimulado. Esquecem-se os membros da Comissão de Trabalho de que só grandes empresas podem arcar com o peso do reajuste mensal somado aos encargos sociais. Diminuirá, pois, sensivelmente, o número de trabalhadores com carteira assinada, e a economia informal continuará alastrando-se.

Os governos, nos três níveis, não poderão também pagar essa conta. Aumentarão brutalmente os gastos da Previdência, a folha de pagamento dos funcionários das estatais será insuportável para algumas delas e, certamente, os servidores públicos, civis e militares, não se conformarão em ficar sem o benefício.

Estejam certos os trabalhadores: o imposto inflacionário que a Nação vem pagando há anos atua em favor das classes mais privilegiadas e não será através de medidas demagógicas e impraticáveis que se conseguirá amenizar os seus efeitos.